

Cuidado, controle e contemporaneidade: Considerações sobre a relação adulto-criança

Care, control and contemporaneity: Considerations about the adult-child relationship

Cuidado, control y contemporaneidad: consideraciones sobre la relación adulto-niño

Souci, contrôle et contemporanéité : réflexions sur la relation adulte-enfant

 10.5020/23590777.rs.v24i2.e13104

Anne Santos Stone  

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Camila Peixoto Farias  

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar o cuidado e o controle na relação entre adulto e criança, considerando os atravessamentos do tempo e da alteridade no cenário contemporâneo ocidental. Para viabilizar essa investigação, recorre-se à perspectiva laplancheana em diálogo com outros autores, utilizando o método psicanalítico de pesquisa. Segundo essa perspectiva, a criança é, desde o início, confrontada por um mundo sexual adulto cheio de significados e mensagens que excedem suas capacidades de apreensão e controle. Os destinos para o pulsional que ela constrói estão alicerçados nesse encontro com o adulto e no cuidado que este lhe oferece. Considera-se que o exercício do cuidado e o exercício do controle, que lhe é correlato, pressupõem um modelo de relação pautado na alteridade. Além disso, o cuidado demanda do adulto um tempo complexo e indeterminado de elaboração dos afetos produzidos pelo encontro com a criança. Contudo, alguns aspectos da contemporaneidade, como o individualismo e a supressão da dimensão temporal, parecem caminhar na contramão do tempo e dos vínculos alteritários demandados por essa prática. Diante desse aparente “desacordo” entre o cuidado que as crianças necessitam e certas características da contemporaneidade, busca-se discutir possíveis modalidades de controle na relação adulto-criança que podem se desarticular do cuidado e se colocar a serviço da manutenção de uma moral sexual “cultural” contemporânea.

Palavras-chave: infância, cuidado, controle, contemporaneidade, psicanálise.

Abstract

This article proposes to investigate care and control in the relationship between adult and child, considering the crossings of the time and the alterity in the contemporary Western scenario. To make this investigation viable, the Laplanchean perspective is evoked in dialogue with other authors, using the psychoanalytic research method. In accordance with this perspective, the child is, from the beginning, confronted by an adult sexual world full of meanings and messages that exceed its capacities for apprehension and control. The destinations for the drive that the child builds are based on this encounter and on the care that the adult offers it. It is considered that the exercise of care and the exercise of control, which is related to it, presuppose a relationship model based on the otherness. In addition, the care demands a complex and indeterminate time from the adult to elaborate the affections produced by the encounter with the child. However, some aspects of the contemporaneity, such as the individualism and the suppression of the temporal dimension, seem to go against the grain of the time and the alteritarian bonds demanded by this practice. Faced with this apparent “disagreement” between the care that children need and certain characteristics of contemporaneity, it is proposed to discuss possible modalities of control in the adult-child relationship that can be disarticulated from the care and put at the service of the maintaining a contemporary “civilized” sexual morality.

Keywords: childhood, care, control, contemporaneity, psychoanalysis.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar el cuidado y el control en la relación entre adulto y niño, considerando los atravesamientos del tiempo y de la alteridad en el escenario occidental contemporáneo. Para viabilizar esta investigación, se evoca la perspectiva laplancheana en diálogo con otros autores, utilizando el método de investigación psicoanalítico. Según esta perspectiva, el niño es, desde el principio, confrontado con un mundo sexual adulto lleno de significados y mensajes que exceden sus capacidades de aprehensión y control. Los destinos de la pulsión que construye el niño se basan en este encuentro y en el cuidado que le ofrece el adulto. Se considera que el ejercicio del cuidado y el ejercicio del control, que está relacionado con él, presuponen un modelo de relación basado en la alteridad. Además, el cuidado demanda un tiempo complejo e indeterminado por parte del adulto para elaborar los afectos producidos por el encuentro con el niño. Sin embargo, algunos aspectos de la contemporaneidad, como el individualismo y la supresión de la dimensión temporal, parecen ir a contrapelo del tiempo y de los lazos alteritarios que demanda esta práctica. Ante este aparente “desencuentro” entre el cuidado que los niños necesitan y ciertas características de la contemporaneidad, se propone discutir posibles modalidades de control en la relación adulto-niño que pueden ser desarticuladas del cuidado y puestas al servicio del mantenimiento de una moral sexual “cultural” contemporánea.

Palabras clave: infancia, cuidado, control, contemporaneidade, psicoanálisis.

Résumé

Cet article vise à enquêter sur le souci et le contrôle dans la relation entre adulte et enfant, en considérant les croisements du temps et de l'altérité dans le scénario occidental contemporain. Pour rendre cette enquête viable, la perspective laplancheana est évoquée en dialogue avec d'autres auteurs, en utilisant la méthode de recherche psychanalytique. Selon cette perspective, l'enfant est, dès le début, confronté à un monde sexuel adulte chargé de significations et de messages qui dépassent ses capacités d'appréhension et de contrôle. Les destins de la pulsion que l'enfant construit reposent sur cette rencontre et sur le souci offert par l'adulte. On considère que l'exercice du souci et l'exercice du contrôle, qui s'y rapporte, présupposent un modèle relationnel fondé sur l'altérité. De plus, le souci demande à l'adulte un temps complexe et indéterminé pour élaborer les affections produites par la rencontre avec l'enfant. Cependant, certains aspects de la contemporanéité, comme l'individualisme et la suppression de la dimension temporelle, semblent aller à contre-courant du temps et des liens d'altérité qu'exige cette pratique. Face à cet apparent « désaccord » entre le souci dont les enfants ont besoin et certaines caractéristiques de la contemporanéité, il est proposé de discuter des modalités possibles de contrôle dans la relation adulte-enfant qui peuvent être désarticulées du souci et mises au service du maintien d'une morale sexuelle « culturelle » contemporaine.

Mots-clés : enfance, souci, controle, contemporanéité, psychanalyse.

A contemporaneidade é um cenário marcado por uma série de mudanças no que diz respeito a relação dos sujeitos com o tempo e a alteridade. Essas mudanças, inevitavelmente, exigem reorganizações e remodelações subjetivas, acarretando, conforme Birman (2014), transformações nas diversas relações humanas, incluindo a relação entre adultos e crianças. Diante disso, refletiremos acerca das possíveis consequências subjetivas da dinâmica contemporânea, tendo como foco a linha tênue que separa o cuidado do controle na relação adulto-*infans*.

Para a investigação que propomos, temos como base a teoria de Jean Laplanche, em diálogo com outros psicanalistas que parecem estar em consonância com suas elaborações acerca do cuidado, como Ferenczi e Winnicott. Para tensionar a problemática do controle na infância, vamos ao encontro do pensamento de Foucault. Autores como Birman e Debord, por sua vez, nos ajudam a desenvolver um olhar crítico sobre a contemporaneidade, tendo em vista dois pontos principais de análise: o tempo e a alteridade, ambos fundamentais para o estabelecimento dos vínculos afetivos.

Salientamos que uma investigação psicanalítica envolve necessariamente a subjetividade de quem pesquisa, o que torna a produção sempre singular (Figueiredo & Minerbo, 2006), marcada ainda pelo momento histórico e cultural em que se insere o pesquisador. Esse modelo metodológico permite que a teoria seja posta a trabalho a partir da análise interpretativa de elementos sociais e fenômenos psíquicos, levando em consideração que estes reverberam nos sujeitos da pesquisa (Dockhorn & Macedo, 2015).

Optamos, propositalmente, pelo uso do termo *adulto* na tentativa de evitar reproduzir a dinâmica de subalternização que atribui exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelo cuidado das crianças. Entendemos, e não recusamos, que o exercício do cuidado no atual cenário cultural é preponderantemente realizado por mulheres, recebendo não só atravessamentos de gênero, como também outros atravessamentos, como os de raça e classe. No entanto, ao empregar predominantemente a palavra *adulto*, tentamos indicar que o cuidado se relaciona muito mais às questões que envolvem a disponibilidade psíquica de quem cuida do que às características supostamente inatas de determinado gênero.

Nossa reflexão parte de dois questionamentos principais: como articular o cuidado das crianças – e seu modelo prioritariamente alteritário – ao individualismo contemporâneo? E como pensar a relação dos adultos com o tempo do cuidado, em um contexto marcado pelo imediatismo? Propomos dar início a essa reflexão por algumas considerações sobre os momentos iniciais da vida, as quais podem nos oferecer subsídios para pensarmos sobre a relação adulto-criança na contemporaneidade.

Os momentos iniciais: alguns aspectos da relação adulto-criança

Pensar nos momentos iniciais da vida a partir de uma perspectiva psicanalítica implica considerar a prioridade do outro para que ocorra a constituição do psiquismo (Laplanche, 1988). Nessa fase, o recém-nascido encontra-se absolutamente dependente de outra pessoa para existir. Winnicott (2006) destaca a importância de os adultos oferecerem à criança um ambiente que seja pessoal e humano. Tratando-se de um ambiente com essas qualidades, consideramos que ele as veicula ao recém-nascido, incluindo nisso características que lhes são subjacentes, como afetos, conflitos e marcas do contexto sócio-histórico e cultural.

Segundo Laplanche (1988), o início da vida é assinalado por uma situação antropológica fundamental (SAF): o recém-nascido encontra-se inscrito no plano da autoconservação, totalmente dependente de um adulto que já possui uma sexualidade inconsciente soberana às outras forças psíquicas. A criança é, desde o início, confrontada por um mundo sexual adulto cheio de significados e mensagens que excedem suas capacidades de apreensão e controle. Por mensagens, consideramos a ideia, também proposta por Laplanche, segundo a qual essas emissões não se encontram somente – nem principalmente – no plano da comunicação verbal; elas são também transmitidas por sistemas complexos de comunicação semiótica, que abrangem os gestos, as mímicas, as posturas, os olhares etc., sendo todos esses elementos carregados de função significante.

Esse cenário originário que tentamos descrever, de acordo com Laplanche (1993), tem como núcleo a sedução por parte do adulto. Isso porque a criança, sendo objeto passivo de cuidados, é confrontada por um mundo adulto infiltrado por significados inconscientes e sexuais, como aludimos. Cabe ressaltar que a sedução descrita por Laplanche não se trata de uma relação patológica, ainda que possa perfazer uma; ela está baseada na relação entre adulto e *infans*, que é invariavelmente marcada e parasitada pelo inconsciente sexual do primeiro e seus resíduos infantis (Laplanche, 1988). Diante disso, Tarelho (2017) alerta para a situação dissimétrica dessa fase: dissimetria entre adulto e criança, mas também dissimetria do adulto em relação a si mesmo, pois ele próprio desconhece o inconsciente que veicula à criança. Nas palavras de Laplanche (1993, p. 755), a mensagem transmitida pelo adulto é frequentemente comprometida e, por isso mesmo, constitui um enigma: “opaca para quem a recebe, opaca também para quem a emite”.

A partir da articulação dos elementos discutidos, como a dissimetria que marca a SAF e a inevitável dependência da criança em relação ao adulto, é possível pensar em um estado de desamparo nos momentos iniciais da vida. O estado de desamparo relaciona-se, segundo Laplanche e Pontalis (2016), à onipotência do cuidador sobre o *infans* na relação inicial. Os fenômenos sedutivos do adulto excedem o entendimento da criança, pois os meios que esta possui de constituir códigos de tradução de suas mensagens são fundamentalmente inadequados (Laplanche, 1988). Os processos pelos quais a criança passa a manifestar sua atividade subjetiva são secundários nesse tempo descrito como originário, tempo este também da passividade, do desamparo e da sedução (Laplanche, 1996). Porém, a manifestação subjetiva da criança, evidenciada em um momento posterior, também se dá graças à onipotência do adulto, pois, durante o tempo de passividade, este transmite a ela as possibilidades tradutivas para ligar seu pulsional, até então desligado, desorganizado e anárquico. Ou seja, o adulto que veicula a mensagem enigmática à criança veicula também as possibilidades de tradução dessa mesma mensagem. Tarelho (2017) indica que as primeiras tentativas ativas de tradução ocorrem justamente diante de uma necessidade de tradução: o enigma, segundo ele, pode ser pensado como o motor do processo de simbolização.

Consideramos, portanto, que o controle e a onipotência do adulto nessa fase da vida permitem a existência da criança, já que o estado de desamparo infantil é o que “influencia de forma decisiva a estruturação do psiquismo, destinado a constituir-se inteiramente na relação com outrem” (Laplanche & Pontalis, 2016, p. 112). Aqui, salientamos o descentramento fundamental que marca os sujeitos, aspecto apontado por Laplanche (1988), quando este afirma que todo mundo interno se constitui a partir de elementos introjetados pelo outro. Reiteramos que esse “mundo interno” está intimamente engendrado pelo contexto em que se inserem adulto e criança: tanto os enigmas quanto as possibilidades tradutivas deles estão necessariamente alicerçados no cenário social em que o velho e o novo se encontram.

O excesso de mensagens direcionadas à criança caracteriza uma desorganização pulsional, que, por sua vez, está na contramão do processo de organização “cultural”. Essa é a ideia central proposta por Freud (1908/2015) em *A Moral Sexual “Cultural” e o Nervosismo Moderno*. Tal ideia ressoa em Laplanche (1988): a sexualidade infantil é a sexualidade em seu aspecto menos civilizado, menos sociável, menos organizado – é a sexualidade desligada, desinvestida. É necessário que haja uma espécie de estratégia de inclusão do pulsional anárquico das crianças de maneira a organizá-lo em torno de referenciais culturais específicos.

Podemos pensar que essa inclusão é possível por meio de encaminhamentos pulsionais considerados e determinados socialmente como mais “civilizados”, isto é, mais adequados à cultura. Freud (1908/2015) salienta que parte do processo

de adaptação dos sujeitos no contexto em que se inserem se dá por meio de supressões e renúncias do pulsional infantil, polimorficamente perverso¹, com a finalidade de “civilizar”, isto é, construir encaminhamentos culturalmente aceitáveis para o pulsional anárquico.

Para pensar nessa estratégia, dialogamos com uma ideia proposta por Foucault (2008), enquanto autor que se dedicou a pensar sobre a problemática do controle: para que haja um processo “civilizatório”, seria preciso, primeiro, determinar e estabelecer elementos mínimos, para, assim, torná-los passíveis de modificação. Dizemos, nesse sentido, da delimitação de elementos considerados “não civilizados” nas crianças, de maneira a modificá-los em função de objetivos determinados, objetivos mais “civilizados”. A partir disso, tornar-se-ia possível estabelecer um complexo mecanismo de controle, um “mecanismo de adestramento” de crianças, em termos foucaultianos.

Psicanaliticamente falando, um dos destinos possíveis para o pulsional polimorficamente perverso, tido como “não civilizado”, é o encaminhamento pela via do recalque. Contudo, este se dá posteriormente ao estabelecimento mínimo de normatizações (Foucault, 2008), as quais, vale frisar, dependem do contexto. Esse recalque, segundo Laplanche (1988), acontece em pelo menos dois tempos: o primeiro tempo, passivo, é o de inscrição dos significantes originários transmitidos pelo adulto, ainda não recalcados; o segundo é aquele marcado pelo que Laplanche (1988) chama de uma reativação desses significantes, a qual é sentida como um ataque interno que a criança tenta ligar e/ou recalcar. O recalque só é possível por meio da aquisição de códigos que possibilitam a tradução dessas mensagens sentidas como intrusivas (Laplanche, 1988). Essas possibilidades de encaminhamento, transmitidas às crianças pelos adultos, estruturam gradualmente o Eu de cada uma delas. Segundo Freud (1908/2015), é nesse movimento que se colocam nossos processos considerados civilizatórios.

Ao mesmo tempo, Freud (1908/2015) destaca que a renúncia pulsional – ou, então, esse direcionamento do pulsional através do recalque –, em nome da atividade “civilizatória”, não é possível sem que haja um grande esforço psíquico dos sujeitos na tentativa de “inclusão” nesses modelos. O que podemos apontar a partir disso é que o controle do pulsional por meio de direcionamentos nos processos civilizatórios tem um caráter estruturante, embora pareça também ter um caráter limitante.

De acordo com os aspectos teóricos tratados até aqui, podemos considerar que esse esforço psíquico de construção de destinos para o pulsional em conformidade com as normas é feito tanto pela criança quanto pelo adulto. Isso porque a criança, com o suporte de um adulto, dá novos direcionamentos a seu pulsional polimorficamente perverso, uma vez que este não se enquadra na lógica considerada “civilizatória”; e, da mesma forma, o adulto é confrontado por seu próprio inconsciente infantil recalqueado, com suas próprias renúncias pulsionais, ponto este que será tratado com mais cautela no próximo tópico.

Entre o cuidado e o controle

Sem um outro adulto, as possibilidades de existência de uma criança estão ameaçadas. A ameaça, certamente, refere-se à satisfação de suas necessidades básicas, mas não somente a esta: fazemos referência também ao corpo-psiquismo infantil e sua elementaridade (Padilha et al., 2012). Como vimos, o outro é marca fundamental para a inserção em um universo simbólico; para Laplanche (1988), é só diante dessa confrontação que um ser humano pode vir a se constituir. Entretanto, mesmo que haja um tempo de passividade da criança em relação ao adulto, é também necessário que este possa se adaptar ao *infans* e a seu tempo. De acordo com Ferenczi (1928/1992a), autor com quem Laplanche dialoga em diversos momentos de sua obra, é importante que os adultos que se dedicam aos cuidados possam se adaptar às necessidades iniciais e acolher as manifestações da criança.

Figueiredo (2009) considera que o exercício do cuidado é possível a partir do entendimento da singularidade de seu objeto. Cuidar, assim, implica reconhecer o outro como outro sujeito: um outro que possui suas especificidades e que constantemente, no jogo de encontros e trocas, redefine seu arranjo de singularidades. Sendo assim, enquanto há um outro que se redefine, parece ser necessário que, permanentemente, haja uma busca pelo reconhecimento desse outro para tornar possível o exercício do cuidado. Para isso, tendo em vista a relação adulto-criança, é necessário que o outro adulto se permita ser afetado pela criança, tanto por suas atitudes consideradas “civilizadas” – ou até mesmo idealizadas da infância –, quanto por suas inclinações tidas como vingativas e agressivas (Freud, 1921/2011), em decorrência de seu pulsional polimorficamente perverso, “incivilizado”. Sobre essa questão, Ferenczi (1928/1992a) destaca a relevância de permitir que as crianças ajam, até certo ponto, de acordo com seus impulsos, para que, nesse momento de abertura aos afetos do pulsional anárquico, o adulto possa acolhê-los e, gradativamente, auxiliar na construção de possibilidades de encaminhamento.

Assim, tão importante quanto ser afetado, é, diante da afetação, poder fornecer um ambiente que seja capaz de acolher o pulsional anárquico, nesse entremeio de participar ativamente dos processos de estruturação do psiquismo da criança,

¹ A ideia de um pulsional infantil polimorficamente perverso, anárquico, foi tratada por Freud nos *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/2016). Nesse sentido, a satisfação da sexualidade infantil e seus encaminhamentos pelas vias tidas como “civilizatórias” ainda estão em processo de construção, encontrando, portanto, poucas resistências.

com todas as implicações inconscientes desse processo, e limitá-lo, isto é, participar dos processos de construção de direcionamentos “civilizatórios”. O limite proposto pelo adulto parece vacilar entre organizar – e fornecer possibilidade de existência – e controlar, na medida em que, inevitavelmente, enquadra o pulsional infantil nas normas tidas como “culturais”. A questão que parece se impor aqui é: até onde o controle do adulto caminha no sentido da estruturação psíquica, potencializando os modos de existência da criança, e até onde o faz de modo a despontencializá-los, (de)limitando rigidamente as possibilidades de “ser” desse sujeito?

Parte desse imenso desafio no exercício do cuidado parece estar também neste confronto: cuidar remete aos momentos em que o adulto foi objeto passivo de cuidado e, também, aos modos como seu próprio pulsional anárquico foi acolhido e encaminhado durante esse período. Freud (1914/2004) aponta para uma revivescência por parte do adulto; Laplanche (1988), nessa mesma linha de raciocínio, afirma que o adulto é confrontado por afetos que remetem à sua própria SAF. Ao fazer referência a isso, não buscamos sustentar um determinismo, pelo contrário: o modo como o adulto foi investido enquanto criança não necessariamente ditará o modo como ele investirá em seus objetos de cuidado; os investimentos recebidos são interiorizados e traduzidos de formas singulares, e, além disso, novos modos de cuidado podem ser construídos. Quando esse adulto, confrontado com tais afetos durante a relação de cuidado, é capaz de abrir espaço para a singularidade e exercer o reconhecimento, ele encontra possibilidades para criar novos modos de cuidado e, ao mesmo tempo, para que a criança possa vir a desenvolver suas próprias capacidades de cuidado. É por meio desse gradual desenvolvimento egóico, que se constitui diante do cuidado e do controle de um outro adulto, que a criança pode vir a assumir suas próprias funções vitais e também começar a exercer o cuidado – e algum nível de controle – de si.

Concluimos que as possibilidades de cuidado de uma criança transitam, inevitavelmente, pelo exercício do controle, especialmente quando retomamos a ideia da onipotência do adulto sobre o *infans* nos momentos iniciais de vida. Um controle com “fins de cuidado”, no entanto, parece estar pautado na ideia de reconhecimento do outro, no acolhimento deste e no suporte para a construção de encaminhamentos para suas manifestações pulsionais. Muitas vezes, é necessário que o adulto cuidador intervenha, limite e controle diretamente certas ações da criança, com a finalidade de cuidar e proteger.

Laplanche (1988), ao falar sobre a adaptação das crianças, lembra que, em um primeiro momento, as montagens adaptativas diante dos perigos reais são inexistentes. Sendo assim, cabe a um adulto a tarefa de controlar, impedindo diretamente a exposição da criança aos perigos que a ela podem se apresentar. Quando falamos, por exemplo, de um controle que é capaz de reconhecer a criança que se encontra em uma situação de perigo, estamos falando desta relação entre cuidado e controle: um cuidado no controle – o controle que reconhece o outro como outro, o outro-criança-sujeito em perigo.

Consideramos importante, então, uma implicação e uma intervenção direta do cuidador. Não obstante, segundo Figueiredo (2009), é importante a capacidade do adulto de se ausentar, caracterizando o que ele chama de uma presença reservada. Durante a presença reservada, o cuidador precisa exercitar a renúncia de sua onipotência sobre a criança, abrindo vias para que a relação de cuidado não seja unicamente sobreposta pela lógica de domínio e controle. Essa flexibilidade também parece possibilitar que a relação não seja marcada por um controle que desconsidera a alteridade e que tende a aprisionar psiquicamente a criança.

Para que o controle esteja alicerçado no acolhimento e no suporte para construção de encaminhamentos para o pulsional, é necessário, como assinala Ferenczi (1933/1992b), que os adultos reconheçam a submissão da criança, de maneira que possam, gradativamente, abandonar a chamada “transferência tirânica”. Mas, primeiro, como dito, é preciso que o adulto reconheça a tirania dessa relação. Esse movimento possibilita que a criança venha a assumir o próprio controle, construindo os próprios direcionamentos pulsionais. Esse ponto relaciona-se novamente com o modo como se deu a relação de controle com o outro adulto: o controle pelo controle, aprisionador, rígido, ou o controle articulado ao cuidado, flexível, pautado no reconhecimento do outro? Esses aspectos transmitidos na relação de controle podem marcar como a criança vai se relacionar com a moral e os ideais (Laplanche & Pontalis, 2016).

É possível pensar que o controle que se desarticula do cuidado está relacionado a uma fragilização dos processos de reconhecimento do outro e de sua singularidade. Podemos considerar que uma relação entre adulto e criança pautada no controle desarticulado do cuidado está mais próxima de uma dinâmica “fixa” de domínio do primeiro sobre o último. Tal relação parece ter por base uma dinâmica menos flexível: uma dinâmica de preestabelecimento de padrões específicos (Foucault, 2008) do que é “ser criança”, estes imbricados às memórias e às fantasias inconscientes do adulto, as quais não podem ser pensadas desarticuladamente do contexto social.

Mesmo que o domínio e a onipotência do adulto sejam aspectos fundamentais dos momentos iniciais, é necessário que eles sejam gradualmente flexibilizados. Contudo, a flexibilização do domínio parece só ser possível quando o adulto reconhece criticamente esses modelos e essas fantasias – quando reconhece o arranjo subjetivo singular da criança com quem se relaciona –, tentando renunciar minimamente a esses padrões específicos impostos pelo contexto histórico-social, ainda que, inevitavelmente, esses aspectos sejam mobilizados durante a relação adulto-criança, ponto que será tratado a seguir. Nesse sentido, trazemos a ideia de que a flexibilização da dinâmica de domínio e controle vem a ser, ela própria, também um ato de cuidado. Daremos continuidade a essa discussão tentando uma aproximação entre elementos que parecem marcar o contexto contemporâneo ocidental.

Cuidado e controle no cenário contemporâneo

Para dar continuidade a nossa discussão, retomamos a ideia de uma moral sexual “cultural”: Freud (1908/2015) indica que nossos processos culturais repousam sobre uma série de supressões pulsionais. Diante das questões que marcaram sua época e seu contexto, ele elaborou críticas que, em muito, direcionam-se às normas impostas pela religião, pelo casamento e por outras instituições e às supressões pulsionais relacionadas às exigências de enquadramento dos sujeitos a elas. Ainda pensando nessa direção, mas tentando “atualizar” essa ideia de Freud a nossa época e nosso contexto, parece relevante refletir por quais caminhos transita nossa moral sexual “cultural” contemporânea.

A sociedade ocidental contemporânea possui algumas peculiaridades que parecem servir para que pensemos nos processos de subjetivação dos sujeitos que nela se inserem. Podemos apontar para mudanças na relação com o trabalho e a produção, com o tempo, com o espaço, com o consumo etc. Essa modernização do social, como indica Birman (2016), parece impor novas exigências para a subjetividade e, não obstante, para a relação entre adultos e crianças. Isso porque, ainda conforme Birman (2014), os signos que antes orientavam o mundo, direcionando modos de existência, foram deslocados de suas posições e lugares simbólicos. Parece importante, nesse seguimento, refletir sobre algumas características que parecem atravessar a relação entre adultos e crianças na contemporaneidade e os possíveis efeitos subjetivos produzidos por elas. Dentre infindáveis aspectos passíveis de análise, propomos refletir mais especificamente sobre o tempo e a alteridade no mundo contemporâneo e como esses dois elementos parecem se vincular um ao outro.

Para pensar sobre a relação do sujeito contemporâneo ocidental com o tempo, recorremos a Debord (2003), quando este aponta para uma tentativa de dominação social do tempo. O tempo, segundo ele, parece ter assumido novas nuances: ele não apenas serve à produção de mercadorias – materiais e imateriais –, mas passa a ser, ele próprio, uma mercadoria. Sendo o próprio tempo uma mercadoria, ele seria gradativamente expropriado dos adultos, produtores e consumidores contemporâneos. Porém, Debord faz menção não somente a uma expropriação da dimensão quantitativa do tempo, mas também, e especialmente, a uma supressão da dimensão qualitativa. Compreendemos que o tempo, em sua dimensão qualitativa, é um tempo mediado, complexo, que permite a historicização do sujeito, isto é, o movimento psíquico entre passado, presente e futuro.

Birman (2014) lembra que essa expansão temporal é uma importante dimensão para a experiência psíquica dos sujeitos e que o registro do tempo – seu movimento e seu dinamismo – possibilita os processos de elaboração psíquica. Quando pensamos em um tempo qualitativamente suprimido, estamos pensando em um tempo menos dinâmico, com menos mobilidade, muito mais próximo de uma lógica imediatista, aprisionado, portanto, no presente. Quando falamos sobre a elaboração das experiências, estamos falando da necessidade de um tempo indeterminado, não quantificável e expansivo, o que parece estar próximo do que Debord (2003) chama de tempo qualitativo.

Freud (1920/2006) ressalta a atemporalidade dos processos inconscientes, os quais funcionam em uma dinâmica cuja noção temporal, linear e quantificável, sequer pode ser aplicada. Inferimos que o tempo qualitativo, marcado por uma complexa relatividade, possui grande influência sobre a elaboração dos afetos, e vice-versa. Ao considerarmos a supressão qualitativa do tempo, estamos considerando, primeiro, um possível comprometimento do tempo de elaboração dos afetos, mas, para além disso, questionamos: será que um tempo suprimido também não exerce influência sobre a promoção da sociabilidade, sobre o tempo disponível para a troca com o outro?

Talvez cotejar Debord (2003) com Birman (2014) nos ajude a pensar sobre o individualismo e a consequente indisponibilidade ao outro na Contemporaneidade. Sem que haja um tempo qualitativo para a interlocução com o outro, Birman (2014, p. 23) alerta para uma consequente “perda do potencial de simbolização da subjetividade contemporânea”. Como podemos pensar, então, em questões como uma supressão qualitativa do tempo e o individualismo, agora buscando uma relação mais direta com o exercício do cuidado com as crianças?

Ao pensar anteriormente no exercício do cuidado – e, logo, no exercício do controle, que lhe é articulado –, fizemos algumas considerações que valem a pena ser retomadas: o cuidado transita pelos processos de reconhecimento do outro; e o encontro entre adulto e criança produz complexos afetos que confrontam o adulto com os momentos em que ele próprio foi objeto passivo de cuidado (Laplanche, 1988). Consideramos também que os momentos iniciais da relação adulto-criança são marcados por uma profunda dissimetria entre a criança inscrita no plano da autoconservação, dependente de um cuidador, e o adulto, que, por sua vez, transmite mensagens carregadas de significantes sexuais, inconscientes a ele mesmo (Laplanche, 1988). Retomamos alguns desses aspectos para tentar indicar, primeiro, que o tempo dedicado ao exercício do cuidado, e a toda complexidade que este abarca, parece aproximar-se muito mais de um tempo mediado, que permite o entrelaçamento entre presente, passado e futuro, na contramão do tempo do imediatismo, aprisionado no presente. Em segundo lugar, se considerarmos a hipótese de Debord (2003) de uma supressão justamente qualitativa do tempo – uma supressão de um tempo elaborativo, de mediação –, esta parece estar em contradição com o tempo do cuidado.

Considerando a questão do individualismo, parece que estamos diante de outra possível contradição. Ora, um contexto pautado em uma lógica individualista parece estar em desacordo com o cuidado, já que cuidar de uma criança pressupõe um modelo prioritariamente alteritário. O cuidado, como buscamos evidenciar, vincula-se muito mais a relações marcadas pelo reconhecimento e pela interlocução com o outro do que ao individualismo.

Tendo em vista essas contradições, supomos que uma supressão temporal pode exigir dos adultos um intenso trabalho de organização, controle e sintetização do tempo que se encontra disponível para as mais diversas demandas. Esse limitado tempo disponível, regulado e habitado pelo imediatismo, parece, então, estar profundamente comprometido por um nível de organização que abre pouco espaço aos eventos imprevisíveis, incontroláveis e aleatórios. Dessa forma, os “acontecimentos da infância” parecem afrontar as tentativas de controle e domínio contemporâneos, porque demandam um tempo qualitativo, indeterminado e incontrolável de cuidado e elaboração dos complexos afetos produzidos pelo encontro entre adulto e criança. Além disso, esses “acontecimentos” produzem afetos que convocam a alteridade e acabam por perturbar a ordem do individualismo – em especial, um de seus principais pressupostos, que é o controle sobre si mesmo, uma ilusão de autonomia absoluta.

Diante desses aspectos, vemos como uma das possibilidades da relação adulto-criança, engendrada no cenário contemporâneo que buscamos descrever, lançar mão de estratégias que visem a não só controlar a anarquia pulsional infantil, mas também controlar a reativação do pulsional polimorficamente perverso que o encontro com a criança provoca no adulto (Laplanche, 1988). Essas estratégias parecem mirar no tempo qualitativo e complexo demandado pela infância, na tentativa de impor o funcionamento de um tempo adulto restrito, controlado e imediato, pois o pulsional anárquico perturba as tentativas de organização dos adultos e a ilusão de autonomia e controle que estes têm sobre si mesmos.

Retomamos a ideia de que as estratégias de controle sobre as crianças parecem se dar, inicialmente, em um preestabelecimento mínimo dos acontecimentos infantis tidos como desorganizadores, na criação de modelos específicos de existência e na tentativa de organizar e controlar os sujeitos. Aqui, nessa discussão, referimo-nos mais diretamente aos discursos que se propõem a circunscrever modelos específicos de “ser criança”, o que certamente é enviesado pela criação de modelos específicos de “ser adulto”. Ou seja, não fazemos referência a adultos meramente controladores, mas a adultos que são profundamente controlados por uma moral sexual “cultural” contemporânea que tende a determinar os destinos construídos para o pulsional, principalmente por meio da exigência de formas específicas de relação com o tempo e a alteridade, o que impacta diretamente o modo de relação construído com as crianças.

Foucault (2014) afirma que, em todas as sociedades, os discursos oferecem organização, mas também, e ao mesmo tempo, controle, seleção, classificação e tentativas de domínio sobre os acontecimentos aleatórios. A infância, em função da anarquia do pulsional infantil, é justamente marcada por características aleatórias e ambivalentes. Parece que essas características do pulsional infantil podem afrontar as tentativas de controle dos adultos, que se esforçam por organizar e dominar excessivamente aquilo que foge do controle – a sexualidade da criança e a própria sexualidade infantil que recalcam, mobilizada pelo encontro com a criança (Laplanche, 1988). Para tentar exemplificar essa questão, podemos pensar em uma criança cujas curiosidades, constatações e inquietações sobre o que é tido como preestabelecido no “ser adulto” tendem a afrontar, denunciar e ameaçar uma desorganização não somente das estruturas sociais de controle, mas também das estruturas de controle intrapsíquicas dos adultos. É esse potencial de desorganização da infância, tanto da organização social quanto da organização intrapsíquica, ambas intimamente articuladas, que parece ser alvo do controle dos adultos.

Nesse sentido, acreditamos que uma possível modalidade “civilizada” de controle excessivo do adulto sobre a criança transite pelo controle das características anárquicas e potencialmente desorganizadoras da infância e que, ao controlar, o adulto recuse essa sexualidade infantil que perturba a moral sexual “cultural” (Freud, 1908/2015) contemporânea. Nesse ponto da discussão, consideramos que essa estratégia “civilizada” de controle por parte dos adultos dar-se-ia por meio de uma recusa parcial dos afetos² provocados pela criança. Essa parcialidade na recusa parece apresentar-se quando o adulto lida, acolhe e permite se afetar pelas características “idealizadas” e “civilizadas”, circunscritas pelos discursos da infância, e, inconscientemente, tenta recusar, controlar e afastar as características anárquicas que também habitam de forma abundante o mundo da infância. Freud (1914/2004), ao tratar do narcisismo, fala da tendência a uma negação do que concerne à sexualidade infantil pelo adulto, o que estaria próximo do que estamos tentando apontar. Isso tudo indica que uma recusa parcial do afeto funciona, ao mesmo tempo, como um mecanismo de defesa egóico para o adulto e um mecanismo de controle da criança. Nesse sentido, parece que, em algumas situações, a relação com a criança estaria mais voltada a um recurso defensivo, em que o que está em foco é a ameaça de desorganização sentida pelo adulto, do que ao reconhecimento da criança enquanto um outro. Isso, por sua vez, aponta para um possível comprometimento dos processos de reconhecimento do outro.

Em nome dessa recusa parcial do afeto, o adulto pode tentar exercer o controle excessivo das características anárquicas do pulsional infantil, ao lançar mão das mais diversas estratégias, por exemplo, por meio da desatenção, da ridicularização, da excessiva infantilização, da excessiva submissão às exigências da criança a fim de evitar suas manifestações anárquicas, da impaciência diante das atitudes consideradas “desorganizadoras” da criança, da necessidade de sobrecarregar o tempo

² A ideia de uma recusa parcial do afeto surge inspirada em uma discussão proposta por Kupermann (2009), ao tratar da radicalidade da recusa da possibilidade de ser afetado pelo outro, imposta durante o nazismo. Tentamos ampliar um pouco mais essa ideia, ao pensar na recusa do afeto por parte do adulto na relação com a criança. Talvez possamos pensar em uma recusa *parcial* (que é a que tentamos sugerir) e em uma recusa *radical* do afeto. Enquanto recusa radical do afeto, pode-se referir também a casos extremos de maus-tratos e negligência do adulto para com a criança, em que existe uma radicalidade do não reconhecimento do outro, dificultando consideravelmente ou até impossibilitando o exercício do cuidado, que transita, conforme apontamos, justamente pelos processos de reconhecimento.

da criança com as mais variadas tarefas, da necessidade de rapidamente conter o mal-estar da criança com os mais diversos meios de distração etc. Logo, o adulto cuidador-controlador torna-se invasivo, na medida em que tenta controlar excessivamente e impor ao *infans* um tempo qualitativamente suprimido, que compromete a construção de uma relação alteritária, dando pouco espaço de manejo ao pulsional polimorficamente perverso.

As manifestações da recusa parcial do afeto não necessariamente, então, parecem se dar por meio de tentativas explícitas de controle dos adultos – talvez aí resida nossa dificuldade de apreensão. Referimo-nos também a um controle excessivo, muitas vezes implícito, minucioso, em grande parte de base inconsciente, que se esforça por enquadrar o “ser criança” a discursos que preestabelecem modelos sintetizados de “ser criança”. Consideramos, pois, que os discursos que envolvem “ser criança” e “ser adulto” certamente não se limitam às formulações verbais explicitamente ditas, mas que eles “são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (Foucault, 2014, p. 21), o que parece remeter a uma ideia de ampla difusão discursiva. Essa proposta de Foucault (2014) parece dialogar com a proposta de Laplanche (1988), ao tratar sobre a transmissão das mensagens enigmáticas a partir de complexos sistemas semióticos, não verbais. Vale lembrar que, assim como as mensagens propostas por Laplanche, os discursos necessariamente se organizam em torno de contingências históricas e são, portanto, modificáveis, estando em perpétuo deslocamento: eles são difundidos das mais diversas e complexas formas e não são estáticos.

Alertando para a complexidade e dinamismo dos discursos, sugerimos um momento reflexivo em relação a como poderia ser, então, uma criança “civilizada”, enquadrada no discurso vigente sobre a infância da contemporaneidade: uma criança idealizada e controlada, a ponto de não perturbar as tentativas de domínio da rotina adulta contemporânea e o suposto controle sobre o pulsional polimorficamente perverso do adulto. Qual seria a criança “recusada” pelo atual discurso sobre a infância? Podemos pensar, por exemplo, na criança vingativa, na criança agressiva, na criança angustiada, na criança agitada, na criança que questiona, na criança que não performa as normas de gênero estabelecidas, na criança que não respeita (falta de) tempo no contemporâneo, na criança que chora sem parar, na criança que retira o adulto, mesmo que por alguns momentos, da lógica individualista etc. Diante disso, uma das problemáticas desse sistema de controle excessivo, para além das que já apontamos, é que esses aspectos da infância, “civilizados” e “não civilizados”, podem coexistir. Insistimos que o pulsional anárquico, polimorficamente perverso, possui a marca da ambivalência.

Ao falar de estratégias de controle que recusam parcialmente o pulsional infantil, mais próximas da lógica do não reconhecimento, talvez possamos pensar, então, em uma modalidade de controle que parcialmente se desarticula do cuidado. Por estar mais próximo da lógica do não reconhecimento, abre pouco espaço para que a criança possa elaborar seus afetos recusados pelo adulto, favorecendo a manutenção da dinâmica de domínio de um sobre o outro. Podemos considerar que, ao recusar o pulsional “não civilizado” da criança, o adulto pode dificultar os processos de acolhimento e elaboração do pulsional anárquico pela própria criança, se considerarmos novamente que os investimentos recebidos do outro adulto irão influenciar em como a criança irá investir em si mesma e nos outros. Talvez a criança venha, ela própria, a recusar, a recalcar seus afetos inicialmente recusados pelo adulto, não tendo espaço para construir outros destinos. Logo, o pulsional infantil, recusado pela própria criança, passaria a ser circunscrito, assim como o pulsional recusado do adulto, em moldes excessivamente organizados pela moral sexual “cultural”, excessivamente sintetizado pelos discursos vigentes. Quais seriam as possíveis implicações subjetivas disso, tanto pensando na criança, quanto pensando no adulto?

Em contraponto a essa recusa parcial do pulsional infantil, Winnicott (1975) fala da importância de a criança manifestar, para o adulto, seu pulsional “não civilizado”, destruindo seus objetos e, posteriormente, experimentando a sobrevivência dos objetos a sua destrutividade. Ao falar sobre essa sobrevivência, Winnicott se refere à capacidade do adulto, enquanto objeto, de “não retaliar”, não mudar a qualidade de sua atitude diante da manifestação da destrutividade da criança. Winnicott sugere-nos que é podendo destruir seus objetos e experimentar a sobrevivência dele que a criança começa a experimentar também a criação da externalidade, da alteridade, colocando o objeto para fora do *Eu*. Ao colocar o objeto para fora do *Eu*, a criança pode experimentar o gradual desenlace da dinâmica do domínio, do controle, do adulto. Mas, para isso, é necessário que haja uma condição favorável por parte do adulto: que ele não pautar a relação com a criança em estratégias que justamente recusam esse pulsional “não civilizado”, destrutivo, e que não mude a qualidade de sua atitude diante do pulsional anárquico.

Seguimos em nossa tentativa de indicar a importância de um acolhimento, pelo adulto, do pulsional infantil anárquico. Nesse momento da nossa discussão, recorreremos ao conceito de plasticidade psíquica, a partir da proposta de Rodrigues e Gondar (2018, p. 247), não no que diz respeito a uma capacidade de submissão do sujeito a um jogo de forças ou, então, no que se refere a uma capacidade de adaptação, mas sim à ideia de plasticidade psíquica como “‘resistência a’, ou seja, por viabilizar o confronto com o estabelecido, o pressuposto – o que implica considerar, então, os (des)enlaces do sujeito em relação à ordem (inclusive simbólica)”. Isso porque aspectos como o caos e a desordem, característicos do pulsional anárquico infantil, potencialmente imputam fendas no circuito pulsional dos sujeitos (Rodrigues & Gondar, 2018), permitindo espaço para a diferença, para o novo. Ou seja, não só é importante abrir espaço de acolhimento para o pulsional “não civilizado” da criança, mas também parece ser importante para o adulto, em termos de plasticidade psíquica, que haja essa abertura ao caótico, à diferença.

Estamos de acordo com a importância dos processos de organização do circuito pulsional como fator estruturante do *Eu*, mas, ao mesmo tempo, quando o psiquismo parece organizado de uma forma excessivamente fixa, podemos considerar dificuldades no acesso à multiplicidade das experiências, muitas vezes convocadas pela infância. Pensando mais especificamente no exercício do cuidado, podemos imaginar que um psiquismo pouco plástico é um psiquismo que exerce o controle excessivo sobre a criança, por recusar o disruptivo, a diferença, estando muito mais atrelado a sínteses discursivas, à moralidade, à repetição, com pouco espaço para os afetos, para o inesperado, para a criatividade.

Tais estratégias excessivamente defensivas, pouco plásticas, que recusam os afetos e se lançam na ilusão de uma invulnerabilidade, desdobram-se em um psiquismo mortificado, enrijecido e, ironicamente, suscetível a abruptas quebras narcísicas (Rodrigues & Gondar, 2018). Ou seja, o uso excessivo dessa estratégia defensiva de controle através da recusa parece, na verdade, apontar para uma vulnerabilidade narcísica do adulto. Contudo, tentamos deixar evidente que existe todo um cenário socialmente estabelecido que não só favorece a dinâmica do controle excessivo do adulto sobre a criança, como também a reforça: falamos sobre um tempo suprimido e controlado dos adultos, sobre um conseqüente comprometimento da lógica alteritária por meio do individualismo, e como esses aspectos parecem estabelecer uma contradição com o tempo de cuidado demandado pelas crianças.

Considerações finais

Neste artigo dedicamo-nos a pensar sobre a dinâmica do cuidado e do controle na relação adulto-criança, considerando alguns aspectos do cenário contemporâneo. Ao refletirmos mais especificamente sobre o tempo e a alteridade, enquanto elementos fundamentais para o exercício do cuidado, indicamos a ideia de que eles podem estabelecer uma possível contradição ao considerarmos um tempo qualitativamente suprimido (Debord, 2003) e o individualismo na contemporaneidade. Diante da contradição que indicamos, consideramos que um controle excessivo e desarticulado do cuidado, por parte do adulto, parece ser um importante registro que marca a relação adulto-criança no contexto atual.

Diante de tais reflexões sobre um controle excessivo, sugerimos a ideia de uma recusa parcial do afeto, e algumas possíveis implicações subjetivas dessa recusa, tanto para o adulto, quanto para a criança. O adulto recusa, controla excessivamente o pulsional perverso polimorfo da criança que não se enquadra em uma moral sexual “cultural” contemporânea. Mas é importante salientar que não estamos diante de questões simples de serem discutidas ou de serem solucionadas, ou, então, de terem seus efeitos subjetivos sobre a criança e sobre o adulto minimizados. Justamente por envolverem tamanha complexidade, não podemos cair em respostas simplistas e responsabilizarmos indiscriminadamente os adultos pelo exercício de um controle excessivo desarticulado do cuidado, já que eles também se veem subjetivamente engendrados em uma moral sexual “civilizada” contemporânea.

Talvez, uma das contribuições deste artigo tenha sido apontar para um aparente lugar de desacordo ocupado pelas crianças na contemporaneidade ocidental, pelo menos quando pensamos sobre o comprometimento da dimensão do tempo contemporâneo e o individualismo, os quais são, como vimos, intimamente articulados. Foi a partir dessa hipótese de desacordo que pudemos desenvolver algumas de nossas reflexões e problematizações, a fim de pensarmos a inserção da relação adulto-criança nesse cenário, e indicarmos possíveis “conseqüências” a nível subjetivo. Mas acreditamos que muitas outras reflexões poderiam ter sido e podem vir a ser desenvolvidas a partir de tal hipótese.

Quando o adulto age no sentido da retaliação ao recusar, mesmo que parcialmente, as manifestações do pulsional anárquico da criança, ele pode estar comprometendo a construção de um espaço potencial com a criança, um espaço com trânsito e elaboração de afetos, sejam eles “civilizados” ou “não civilizados”. Nesse contexto, conforme tentamos indicar ao longo deste artigo, a plasticidade psíquica, o acesso à multiplicidade das experiências, o encontro com a diferença, com a alteridade, ficaria comprometido para ambos.

Pensando que as crianças serão futuramente pessoas adultas, ocuparão os lugares convocados para o exercício do cuidado do outro, em que o reconhecimento do outro faz-se fundamental, esperamos que nossa discussão exercite o posicionamento crítico em relação a como, atualmente, acolhemos e cuidamos das nossas crianças. Para finalizarmos este artigo, retomamos a provocação que nos faz Freud (1908/2015, p. 389) “(...) é justo que indagemos se nossa moral sexual ‘civilizada’ vale o sacrifício que nos impõe”.

Referências

- Birman, J. (2014). *O sujeito na contemporaneidade: Espaço, dor e desalento na atualidade* (2a ed.). Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2016). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Civilização Brasileira.
- Debord, G. (2003). *A sociedade do espetáculo*. Contraponto. Originalmente publicado em 1967.

- Dockhorn, C. N. B. F., & Macedo, M. M. K. (2016). Estratégia clínico-interpretativa: Um recurso à pesquisa psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 529–535. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015042473529535>
- Ferenczi, S. (1992a). A adaptação da família à criança. In S. Ferenczi, *Psicanálise* (Vol. 4, pp. 1-14). Martins Fontes. Originalmente publicado em 1928
- Ferenczi, S. (1992b). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In S. Ferenczi, *Psicanálise* (Vol. 4, pp. 347-356). Martins Fontes. Originalmente publicado em 1933
- Figueiredo, L. C. (2009). As diversas faces do cuidar: Considerações sobre a clínica e a cultura. In M. S. Maia (Ed.), *Por uma ética do cuidado* (pp. 121–141). Garamond.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: Algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257–278. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352006000100017&script=sci_arttext
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população (Curso dado no Collège de France 1977–1978)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso (Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. (24a ed.)*. Edições Loyola.
- Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. 1, pp. 95–132). Imago. Originalmente publicado em 1914
- Freud, S. (2006). *Além do princípio de prazer*. Imago. Originalmente publicado em 1920
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos. In P. C. Souza (Trad.), *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 15, pp. 13–113). Companhia das Letras. Originalmente publicado em 1921
- Freud, S. (2015). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In P. C. Souza (Trad.), *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 6, pp. 359–389). Companhia das Letras. Originalmente publicado em 1908
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In P. C. Souza (Trad.), *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 6, pp. 13–172). Companhia das Letras. Originalmente publicado em 1905
- Kupermann, D. (2009). Figuras do cuidado na contemporaneidade: Testemunho, hospitalidade e empatia. In M. S. Maia (Ed.), *Por uma ética do cuidado* (pp. 185–204). Garamond.
- Laplanche, J. (1988). *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1993). Elaboraões temáticas: Sedução, perseguição e revelação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 27(4), 751–782.
- Laplanche, J. (1996). *La prioridad del otro en psicoanálisis*. Amorrortu.
- Laplanche, J. (2014). *Sexual: A sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000–2006*. Dublinense.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2016). *Vocabulário de psicanálise* (4a ed.). Martins Fontes.
- Padilha Netto, N. K., & Cardoso, M. R. (2012). Sexualidade e pulsão: Conceitos indissociáveis em psicanálise? *Psicologia em Estudo*, 17(3), 529–537. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000300018>
- Rodrigues, A. A., & Gondar, J. (2018). Elementos para repensar a sublimação: pulsão de morte e plasticidade psíquica. *Tempo Psicanalítico*, 50(1), 236–257. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382018000100012&script=sci_arttext
- Tarelho, L. C. (2017). O descentramento do ser humano e o realismo do inconsciente na teoria laplancheana. In D. Kupermann, P. C. Ribeiro, M. T. M. Carvalho & M. R. Cardoso, *Por que Laplanche?* (pp. 15–50). Zagodoni.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago. Originalmente publicado em 1971

Winnicott, D. W. (2006). *Os bebês e suas mães*. WMT Martins Fontes. Originalmente publicado em 1987.

Como Citar:

Stone, A. & Farias, C. P. (2024). Cuidado, controle e contemporaneidade: considerações sobre a relação adulto-criança. *Revista Subjetividades*, 24(2), e13104. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i2.e13104>

Endereço para correspondência

Anne Santos Stone
E-mail: stoneanne@live.com

Camila Peixoto Farias
E-mail: pfcamila@hotmail.com



Recebido: 19/09/2023

Revisado: 12/06/2024

Aceito: 25/06/2024

Publicado: 16/08/2024